

Pensão para ex-deputado pode subir

Brasília — Como ainda não sabe se conseguiu se reeleger, o deputado Raul Bernardo (PDS-MG) quer mudar os critérios que reajustam as pensões dos congressistas. Atualmente, tanto deputados como senadores recebem pensões de acordo com o tempo em que foram parlamentares e elas são reajustadas com base nos aumentos dos vencimentos dos funcionários públicos. Raul Bernardo quer que as pensões passem a variar agora de acordo com os aumentos dos subsídios dos parlamentares.

A Câmara pode votar hoje projeto que determina que o parlamentar que tiver seu mandato suspenso ou sua família, em caso de morte, têm direito a receber como pecúlio duas diárias de cada deputado e senador, correspondentes a sessões extras. Raul Bernardo quer aproveitar esse projeto para aprovar a emenda que modifica os critérios dos reajustes das pensões.

Um parlamentar desconta por mês para o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC — o equivalente a Cz\$ 2 mil 145 e 41 centavos, ou seja, 10% do valor que recebe de salário fixo (Cz\$ 5 mil 064 e 44 centavos), da parte variável de Cz\$ 6 mil 309 e 67 centavos, e dos jetons de uma média de 48 sessões mensais (Cz\$ 10 mil 080), totalizando Cz\$ 21 mil 454 e 11 centavos. Quando um parlamentar deixa o Congresso, recebe uma pensão relativa ao tempo em que foi parlamentar.

Assim, quem teve dois mandatos recebe o equivalente a 26% do subsídio, o que corresponde a Cz\$ 5 mil 578 e 6 centavos. Os percentuais vão aumentando até que, com 30 anos de vida parlamentar, um deputado ou senador recebe pensão integral, hoje Cz\$ 21 mil 145 e 41 centavos.